POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À FOME E ALÍVIO À POBREZA: EVIDÊNCIAS E EXPERIÊNCIAS NO ÂMBITO DA ALIANÇA GLOBAL

Coordenador:
Diogo Joel Demarco
Pró-Reitor de Planejamento e Administração da UFRGS (PROPLAN/UFRGS).
E-mail: diogo.demarco@proplan.ufrgs.br

Apresentadores (as):
1. Mário Lúcio de Ávila
Universidade de Brasília - UnB
<unbavila@gmail.com>

2. Silvia Helena Galvão de Miranda
Universidade de São Paulo - USP
<shgdmira@usp.br>

3. Fabiana Thomé da Cruz
Universidade Federal de Goiás - UFG
<fabianathome@ufg.br>

4. Xu Jin
(China Agricultural University - CAU
<xujincissca@cau.edu.cn>

Justificativa

A sessão organizada tem por objetivo debater as interfaces entre academia e políticas públicas voltadas ao combate à fome e à redução da pobreza, por meio da apresentação e discussão de resultados preliminares de pesquisas e experiências desenvolvidas no âmbito do Grupo de Trabalho de Cooperação Acadêmica em apoio à Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, instituído pela Portaria SE/MDS nº 176. O Grupo de Trabalho (GT) é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e reúne pesquisadores vinculados a universidades brasileiras e cooperações internacionais. Nesse contexto, a SORG debaterá resultados ainda em elaboração no âmbito do GT, enfatizando distintas da interação entre universidades e políticas públicas. A sessão estrutura-se em três momentos complementares. Inicialmente, docentes da UnB abordarão as possibilidades de articulação entre academia, sociedade e formulação de políticas públicas, bem como apresentarão levantamentos comparativos sobre políticas implementadas no Brasil, no México e na Espanha. A relação entre pesquisa e monitoramento de políticas públicas também será

abordada por docentes da USP, observando casos brasileiros. Em seguida, a UFG apresentará resultados decorrentes da aplicação de uma das metodologias previstas pela Aliança, com ênfase em levantamentos de políticas no âmbito do Mercosul. Por fim, pesquisadores da CAU, em interlocução com o grupo da UFRGS, discutirão experiências de políticas públicas no contexto chinês. A relevância da SORG fundamenta-se no fortalecimento das interrelações entre a produção acadêmica e a formulação de políticas públicas. Nessa perspectiva, a sessão busca promover o papel das universidades na proposição de soluções baseadas em evidências empíricas.

Resumos Expandidos:

1. O COMITÊ ACADÊMICO DA UnB NA ALIANÇA GLOBAL CONTRA A FOME E A POBREZA: ARTICULAÇÃO MULTINÍVEL, GOVERNANÇA E PRODUÇÃO DE EVIDÊNCIAS PARA POLÍTICAS PÚBLICAS

Mário Ávila

O objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de articulação, a estrutura de governança e a gestão de atividades do Comitê Acadêmico da Universidade de Brasília (UnB) na Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza, com ênfase na trajetória institucional da universidade como ator em um dispositivo multinível de governança de políticas públicas e na sua atuação como instância de implementação local de uma iniciativa de cooperação internacional. Os objetivos específicos incluem: (1) caracterizar a Aliança Global como dispositivo de governança multinível; (2) analisar o processo de adesão e articulação política da UnB; (3) descrever a estrutura de governança e os mecanismos de coordenação adotados; (4) examinar as frentes de trabalho como expressão de um modelo integrado de pesquisa, extensão e ensino; (5) analisar os mecanismos de produção de evidências científicas; e (6) identificar desafios e potencialidades na implementação da cooperação entre academia, governo e sociedade.

A participação da UnB na Aliança Global fundamenta-se na tradição institucional de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira, que conceberam a universidade não como instituição isolada, mas como instrumento de transformação social e desenvolvimento nacional. Para Ribeiro (1978), a universidade brasileira deveria articular-se com os problemas concretos da sociedade, superando o isolamento acadêmico. Anísio Teixeira (1989) enfatizava que a extensão universitária constitui dimensão essencial da missão institucional, e não atividade secundária. Essa tradição fundamenta a compreensão de que o engajamento com políticas públicas de

enfrentamento à fome e à pobreza não representa desvio da missão institucional, mas expressa sua realização plena.

A Aliança Global constitui um dispositivo de governança multinível que articula atores em diferentes níveis territoriais e institucionais. Conforme Lascoumes e Le Galès (2004), os dispositivos de ação pública combinam instrumentos, organizações e representações que estruturam a ação em torno de um problema específico. A produção de evidências em contextos de governança multinível envolve ciclos de pesquisa, disseminação, apropriação e reflexão (Nutley; Walter; Davies, 2007), incluindo a articulação de múltiplas formas de evidência e a valorização de diferentes repertórios de conhecimento - acadêmicos, práticos e tradicionais. O Programa Josué de Castro operacionaliza uma lógica de coprodução em que pesquisadores e gestores públicos definem conjuntamente questões prioritárias de pesquisa, exemplificando o "modo 2" de produção de conhecimento, caracterizado pela transdisciplinaridade, heterogeneidade de atores e responsabilidade social (Gibbons et al., 1994). A integração efetiva entre pesquisa, extensão e ensino permanece um desafio significativo nas universidades brasileiras. Conforme Santos (2004), a universidade contemporânea enfrenta a necessidade de superar dicotomias entre conhecimento científico e conhecimento prático, reconhecendo que problemas públicos complexos demandam formas híbridas de produção de conhecimento capazes de, a partir da diversidade de saberes, subsidiar processos de tomada de decisão e influenciar a formulação e a implementação de políticas públicas (Koga et al., 2022).

Este trabalho adota abordagem qualitativa, combinando análise documental (materiais institucionais, portarias, planos de trabalho e comunicações do Comitê Acadêmico da UnB) e observação participante, uma vez que os autores estão diretamente envolvidos na construção do Comitê Acadêmico e na condução de suas atividades. O período analisado compreende dezembro de 2023, quando foi lançada a proposta da Aliança Global durante a Presidência brasileira do G20, até novembro de 2025, com a formalização do Comitê Acadêmico. Os dados foram organizados em torno de cinco eixos analíticos: articulação política e processo de adesão; estrutura de governança e atores institucionais; frentes de trabalho e operacionalização; mecanismos de produção de evidências; e desafios e potencialidades.

A UnB ingressou formalmente no processo em outubro de 2024, quando o MDS iniciou a mobilização de universidades brasileiras para integrar o Grupo de Trabalho de Cooperação Acadêmica. Um marco decisivo ocorreu em dezembro de 2024, quando José Graziano da Silva, ex-Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), definiu a extensão universitária como estratégia central da Aliança, reforçando o alinhamento

entre a agenda global e a missão institucional da UnB. A progressão desse processo consolidou-se por meio de marcos formais: setembro de 2025, com a Portaria SE/MDS nº 176; outubro de 2025, com a primeira Reunião Ordinária; e novembro de 2025, com a formalização da Representação do Comitê Acadêmico na Aliança Global, com a UnB designada como primeira suplente. Esse desenvolvimento reflete a capacidade de articulação em contextos multinível, uma vez que a efetividade em dispositivos de ação pública depende do alinhamento entre as missões institucionais e os objetivos da agenda global (Lascoumes; Le Galés, 2004). A UnB operacionaliza esse alinhamento por meio de uma estrutura de governança que articula múltiplos níveis: intrauniversitário, ao integrar diferentes áreas acadêmicas, unidades administrativas e perfis profissionais; governo federal, por meio do MDS e suas secretarias; nível nacional, com as seis universidades fundadoras - UFRGS, UFSC, UFG, FGV, Esalq/USP e UnB; e nível internacional, com universidades e organismos globais.

A UnB desenvolve seis frentes de trabalho que operacionalizam a integração entre pesquisa, extensão e ensino. O Mapeamento de Pesquisadores identifica a expertise disponível na instituição, tornando visíveis grupos e iniciativas que muitas vezes atuam de forma dispersa sobre temas semelhantes, criando oportunidades de engajamento e colaboração interdisciplinar. O Programa Josué de Castro exemplifica a coprodução de conhecimento, financiando pesquisas sobre sistemas agroalimentares e políticas sociais definidas conjuntamente com o governo, operacionalizando o "modo 2" de produção de conhecimento no qual relevância científica e política não são dimensões contraditórias, mas complementares (Gibbons et al., 1994). As ações voltadas às Compras Públicas da Agricultura Familiar transformam práticas institucionais em experimentos de política pública, apoiando agricultores familiares e, simultaneamente, produzindo pesquisas sobre os impactos das políticas de compras públicas. A frente de Extensão Universitária concretiza o compromisso com a transformação social por meio da capacitação de agricultores familiares, do fortalecimento de cooperativas e da educação popular, gerando investigação participativa e produção de conhecimento contextualizado (Thiollent, 2000). A frente de Comunicação e Engajamento estrutura canais de divulgação para dar visibilidade às ações, reconhecendo que a disseminação e a apropriação do conhecimento constituem dimensões críticas da produção de evidências para políticas públicas (Nutley; Walter; Davies, 2007). Por fim, a Cooperação Internacional, operacionalizada por meio de um Termo de Execução Descentralizada com o MDS, mapeia evidências em políticas públicas para regulação de mercados e sistemas alimentares no Brasil, México e Espanha, promovendo a aprendizagem comparativa entre contextos institucionais distintos.

A implementação da iniciativa enfrenta desafios significativos que refletem tensões estruturais entre diferentes lógicas institucionais. A coordenação entre múltiplas universidades, com diferentes capacidades institucionais, prioridades de pesquisa e estruturas administrativas, requer mecanismos robustos de articulação. A integração entre pesquisa acadêmica e formulação de políticas públicas enfrenta barreiras de comunicação e temporalidades distintas, incluindo diferenças quanto à linguagem, às expectativas de resultado e aos formatos de evidência considerados legítimos - os ciclos eleitorais frequentemente entram em conflito com os ciclos de pesquisa, criando pressões para a produção de resultados de curto prazo incompatíveis com a investigação rigorosa (Mead, 2005). A intersetorialidade necessária para articular áreas como saúde, assistência social, educação e agricultura representa um desafio adicional, demandando mecanismos específicos de coordenação entre políticas e setores que historicamente operam de forma fragmentada. Simultaneamente, a iniciativa apresenta potencialidades significativas: a rede internacional de parceiros oferece acesso a metodologias e à expertise de instituições de referência global, operacionalizando mecanismos de aprendizagem comparativa que Howlett (2005) identifica como estratégia relevante de inovação no desenho de políticas públicas. A possibilidade de transformar práticas institucionais em experimentos de política pública oferece oportunidades de aprendizado prático e geração de evidências sobre a efetividade das políticas, permitindo que a universidade enfrente desafios presentes na sociedade não como entidade externa, mas como parte constitutiva desses processos.

A trajetória da UnB na Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza oferece contribuições significativas para a compreensão de como as universidades podem participar ativamente em dispositivos multinível de governança de políticas públicas. A experiência evidencia o potencial das instituições de ensino superior como parte constitutiva de arranjos de políticas públicas e da cooperação internacional. A instituição operacionaliza um modelo inovador de integração entre pesquisa, extensão e ensino que supera dicotomias historicamente presentes, articulando essas dimensões em torno de um problema público específico. As seis frentes de trabalho demonstram que é possível transformar atividades acadêmicas rotineiras em espaços de produção de evidências, coprodução de conhecimento e intervenção socialmente orientada, sendo o Programa Josué de Castro uma inovação importante ao operacionalizar a lógica de coprodução na qual pesquisadores e gestores públicos definem conjuntamente as agendas de pesquisa.

Apesar de desafios, as potencialidades observadas constituem bases sólidas para o desenvolvimento futuro da iniciativa, cujas perspectivas incluem a consolidação das frentes de trabalho, o aprofundamento da cooperação internacional, a publicação de produtos técnicos e científicos que sistematizem as aprendizagens e a ampliação do engajamento de pesquisadores por meio de incentivos e reconhecimento institucional.

2. INCT COMBATE À FOME: A EXPERIÊNCIA DO EIXO CADEIA DE VALOR

Sílvia Helena Galvão de Miranda

A fome é um problema complexo, de caráter estrutural e multicausal, de natureza política e econômica, e com impactos sobre a vida social. A alimentação adequada é um direito humano, e sua garantia está alinhada aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Porém, há um aumento global da fome e desnutrição, agravado nos últimos anos pela pandemia da Covid-19 e, mais recentemente, pelos impactos de conflitos militares, inclusive sobre preços dos alimentos.

A Insegurança Alimentar (InA) tem conexões com todas as etapas das atividades dos sistemas alimentares e requer soluções sustentáveis e justas. Evidências em avaliação de programas de combate à fome, nas mais variadas frentes – agrícola, nutrição, saúde, educação, assistência social - apontam resultados nem sempre claros e, muitas vezes até divergentes das políticas públicas. Adicionalmente, muitos resultados de pesquisas e estudos, com grande potencial de gerar subsídios para a política pública, nem chegam a alcançar os gestores públicos na forma de informações e mensagens acessíveis. Sobretudo, verifica-se uma dificuldade intrínseca da pesquisa em conectar resultados de distintas áreas do conhecimento para solucionar problemas complexos e articulá-los de modo a propor políticas que integrem as diversas áreas executivas do poder público e, principalmente, que viabilizem sua execução de forma integrada.

É nesse contexto, que se insere o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Combate à Fome é organizado em cinco eixos: Saúde e Nutrição; Inteligência Artificial; Políticas Públicas, Cadeia de Valor e Comunicação. Os principais objetivos do INCT são: conduzir estudos investigando a InA e os desafios e estratégias para atendimento do direito humano a alimentação adequada; identificar os determinantes da produção sustentável de alimentos, a redução dos gargalos ao abastecimento e distribuição de alimentos de qualidade e saudáveis, bem como a diminuição das perdas e desperdício de alimentos; investigar os

determinantes sociais vinculados aos resultados de políticas públicas de alimentação e nutrição; pesquisar, desenvolver e aplicar ferramentas e técnicas computacionais para coleta, fusão, processamento, armazenamento, análise, extração do conhecimento e disseminação de dados e informações sobre fome e InA em ambientes urbanos.

No Eixo Cadeia de Valor, foco da discussão proposta nesta apresentação na SORG, os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores estão relacionados a desafios presentes em segmentos ao longo das cadeias de valor ou que caracterizam seu ambiente institucional e/ou organizacional. Tratam-se, por exemplo, dos estudos relacionados à determinação dos fatores que interferem na adoção de tecnologias de produção sustentáveis por produtores; à análise da produção e à segurança alimentar em algumas comunidades indígenas selecionadas; ao desenvolvimento de modelagem que reflita a interface da oferta e demanda por alimentos, na construção de um protótipo de modelo de análise espacial (2010 a 2022) para alimentos in natura em municípios do Estado de São Paulo, considerando diferentes dimensões da vulnerabilidade à InA a partir de dados socioeconômicos, do ambiente alimentar, de saúde e dos gastos públicos relacionados aos temas correlatos; entre outros.

Outro aspecto que vem sendo tratado, em parceria com o Instituto de Economia Agrícola – SAA, no âmbito do INCT Combate à Fome e de outras iniciativas de parceria entre pesquisadores do Cepea e IEA é a definição de preços para compras públicas de produtos da agricultura familiar. Em outra frente de trabalho do INCT, a título de estudo de caso, vem sendo desenvolvida uma abordagem metodológica para acompanhar os gastos públicos municipais da Região Metropolitana de Piracicaba (RMP) para alimentação escolar, nos últimos três mandatos políticos, inclusive levando em consideração a análise dos planos plurianuais dos municípios. Ainda, evidenciando parcerias do INCT com instituições parceiras internacionais, pode-se citar estudo, também com recorte municipal, para analisar o desperdício de alimentos nas escolas públicas de ensino infantil e fundamental, além de políticas para mitigar e reduzir esse desperdício– neste último caso, em colaboração específica com pesquisadores do Reino Unido.

A proposta de participação nesta SORG é apresentar alguns dos problemas analisados no âmbito da equipe do Eixo Cadeia de Valor, alguns resultados e destacar os desafios e aprendizados relacionados à interface da pesquisa com o planejamento, execução e monitoramento das políticas públicas.

3. SEMINÁRIO INTERNACIONAL UNIVERSIDADES E AGRICULTURA FAMILIAR: CONTRIBUIÇÕES DA UFG NA IDENTIFICAÇÃO DE EVIDÊNCIAS PARA O COMBATE À FOME E À POBREZA NA COOPERAÇÃO ACADÊMICA DA ALIANÇA GLOBAL

Fabiana Thomé da Cruz

O texto apresenta os resultados preliminares do 1º Seminário Internacional Universidades e Agricultura Familiar, realizado nos dias 05 e 06 de fevereiro de 2026, na UFG, em Goiânia, Brasil. O evento teve como tema "A integração do ensino, pesquisa e extensão como estratégia para a construção da soberania e segurança alimentar e nutricional na Aliança contra a fome".

O Seminário foi proposto e organizado pela UFG no âmbito das ações realizadas pelo Grupo de Trabalho para Cooperação Acadêmica da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, instituído pelo MDS. O evento foi organizado em parceria com o Ministério e com a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF MERCOSUL), além do apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). Teve como objetivo identificar e refletir sobre ações realizadas no âmbito da agricultura familiar, por universidades e organizações de pesquisa integrantes da América Latina, com ênfase no Mercosul, com vistas à construção de um portfólio com o mapeamento das políticas públicas e a proposição de indicadores para a soberania e segurança alimentar e nutricional, mitigação da fome e pobreza com base em evidências.

A metodologia consistiu em grupos de trabalho organizados a partir dos quatro eixos temáticos: 1: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e Sistemas alimentares sustentáveis; 2: Governança fundiária, tecnologias e políticas públicas para a produção e distribuição de alimentos; 3: Cooperativismo, Cadeias de produção e Comercialização, Sociobiodiversidade e; 4: Assistência Técnica e Extensão rural participativa. Os GTs foram compostos por pesquisadores(as), especialistas e organizações sociais do Mercosul, com reconhecida incidência em pesquisas relacionadas à agricultura familiar, indicados por representantes das universidades do GT e pela Secretaria Executiva da REAF.

Foram identificados 126 especialistas convidados, entre os quais pesquisadores e gestores de 5 países da América Latina: Brasil, Argentina, Chile, México, Paraguai, Uruguai e um país da Europa, Portugal. Em relação ao Brasil, foram indicados pesquisadores(as) e gestores(as) provenientes de instituições de pesquisa e extensão de 10 estados, contemplando todas as regiões do Brasil. Do total de convidados, 83 aceitaram o convite para participação.

O Seminário foi estruturado em 1) Abertura Oficial; 2) Grupos de Trabalho (GTs); e 3) Plenária final. Durante a dinâmica de trabalho proposta para os GTs, os especialistas contribuíram para a indicação e discussão sobre as políticas de seus países com evidências para a contribuição efetiva para os ODS 1 e 2 e a Agricultura Familiar. A expectativa era de que as atividades dos GTs pudessem assegurar legitimidade acadêmica a essas políticas, e que pudessem subsidiar a composição de um portfólio de políticas públicas passíveis de serem incorporadas na Cesta de Políticas da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza.

A abertura do Seminário foi composta por dois painéis, nos quais foram apresentados a proposta do Grupo de Trabalho para Cooperação Acadêmica do MDS, bem como o funcionamento da Aliança. A presença do ministro do MDS, Wellington Dias, foi estratégica na medida em que evidenciou a relevância da temática, o protagonismo do Brasil na iniciativa, bem como a importância da articulação entre Estado, universidades e sociedade civil.

Durante a implantação do trabalho dos GTs, a metodologia participativa precisou ser ajustada, visto que a expectativa inicial se consubstanciava no preenchimento de uma planilha indicando evidências da efetividade de cada política indicada pelos especialistas. Dada a natureza crítica do público convidado, não foi possível se restringir aos aspectos da planilha. A readequação metodológica resultou na recomendação de que seria feita a discussão geral das políticas identificadas como efetivas em cada país/estado, que foram registradas pela relatoria, visando subsidiar o preenchimento posterior das dimensões inerentes à planilha.

Nessa dinâmica ajustada à contribuição dos participantes, nos dois turnos de atividade do GT, várias políticas foram discutidas entre os participantes que, além de apontar o potencial de contribuição de muitas políticas, traziam desafios em relação à implementação em suas regiões e países. Por fim, na plenária final do seminário, os(as) coordenadores(as) de GT apresentaram as sínteses das discussões realizadas em cada um dos GTs.

No caso do GT1, destacou-se a necessidade de aprofundamento das temáticas de ensino e extensão em um próximo Seminário. Ressaltou-se a importância de estimular a formação de redes, como estratégia para ampliar a participação de universidades e pesquisadores(as) na Aliança, com ênfase nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. Tal proposição se alinha à sugestão de criação de um espaço específico voltado ao debate sobre ensino, extensão universitária e o papel das universidades no fortalecimento da agricultura familiar. No que se refere às políticas indicadas para a Cesta de Políticas, o GT1 identificou 17 iniciativas, destacando-se a necessidade de reformulação do conteúdo referente às políticas previamente incluídas na Cesta.

Em relação ao GT2, foram mencionadas 35 políticas, das quais 13 foram consideradas pelo grupo como potenciais candidatas à inclusão na Cesta de Políticas, todas orientadas à priorização da governança. Entre as políticas sugeridas, destacam-se: o Plano Nacional de Abastecimento Alimentar; o Programa Nacional de Pesquisa e Inovação para Agricultura Familiar e Agroecologia; a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana; o Plano Nacional de Reforma Agrária; o Plano Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural do Uruguai; o Programa Nacional de Educação de Reforma Agrária; o Plano Nacional de Formação de Assistência Técnica e Extensão Rural; bem como iniciativas relacionadas a territórios de uso coletivo e à titulação conjunta e obrigatória entre homens e mulheres. Foram também ressaltadas discussões acerca das Comissões de Solução de Conflitos Fundiários, dos Vales-Feira e do projeto de distribuição de sementes desenvolvido em parceria entre a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e a Companhia Nacional de Abastecimento. A síntese do GT indicou, ainda, os seguintes encaminhamentos: a ampliação do Plano Nacional de Agricultura Familiar do Uruguai; a necessidade de aprimoramento da distribuição da produção; a exclusão do Programa Nacional de Crédito Fundiário da Cesta; a criação de uma política de articulação sob a perspectiva da gestão e da governança fundiária; a associação das políticas públicas voltadas à agricultura familiar às estratégias de enfrentamento da fome, combate à pobreza e adaptação às mudanças climáticas; a continuidade dos Seminários; o investimento na investigação da relação entre agricultura familiar e conservação ambiental; e a formulação de mecanismos e políticas públicas mais robustos, com caráter de políticas de Estado, independentes de governos.

O GT3 analisou políticas distribuídas em diferentes eixos temáticos. No eixo das cadeias de produção, destacaram-se o Mercado de Buenos Aires e a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. No eixo do cooperativismo, foi abordado o Programa Nacional de Fortalecimento do Cooperativismo, do Associativismo e dos Empreendimentos Solidários da Agricultura Familiar. Já no eixo da sociobiodiversidade, foram consideradas iniciativas como o Programa Paraguai Mais Verde e a PGPM-Bio. No que se refere à sociobiodiversidade, o grupo apontou que as políticas enfrentam dificuldades relacionadas à questão fundiária, além de apresentarem limitações quanto à sua aplicação em diferentes contextos. Além disso, o GT destacou a ausência de uma política consolidada de extensão rural e de assistência técnica no Brasil, bem como a necessidade de aprofundar o debate sobre as cadeias curtas de abastecimento. Por fim, o grupo ressaltou a importância de associar as políticas aos desafios impostos pelas mudanças climáticas.

Por fim, no âmbito do GT4, foi enfatizada a relevância do papel das universidades. No grupo, foram propostas oito políticas: o Estatuto da Agricultura Familiar, proposto por Portugal; o Programa ProHuerta, da Argentina; o Programa Nacional de Recuperação de Solos, do Paraguai; a Mesa de Desenvolvimento Rural, do Uruguai; a Caminhada Internacional na Natureza; o Programa Nacional de Cidadania e Bem-Viver para Mulheres; o Programa Nacional de Bioinsumos; e a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

As discussões realizadas e sistematizadas nos quatro GTs sugerem a necessidade de fortalecimento de políticas públicas com caráter de políticas de Estado, com ênfase na governança e na articulação intersetorial, de modo a construir sinergias para que as políticas se alinhem para superar os desafios da segurança alimentar e nutricional, das mudanças climáticas e da redução das desigualdades. Os GTs, com maior ou menor intensidade, apontaram a importância do papel das universidades e da formação de redes de cooperação. Além disso, os dados também evidenciam diferenças importantes entre os países que participaram do Seminário no que diz respeito não apenas ao número de políticas que articulam interfaces entre agricultura familiar e o combate à fome e a pobreza como também na capilaridade e alcance dessas políticas.

Com base nos dados produzidos no Seminário, a continuidade do trabalho consiste na realização de uma análise do material gerado nos quatro GTs. Tal análise visa contribuir para a qualificação da descrição das políticas já incluídas na Cesta e subsidiar a formulação de propostas de políticas públicas robustas, capazes de apoiar a atuação da Aliança na perspectiva de políticas de Estado, que transcendam ciclos de governo. Adicionalmente, considera-se a possibilidade de constituição e fortalecimento de redes nacionais e internacionais de cooperação acadêmica, com vistas a subsidiar governos nacionais. Nesse contexto, destacam-se as interfaces e a intersetorialidade das políticas públicas, bem como a articulação e o diálogo entre Estado e universidades, aspectos a serem retomados a partir de documentos e registros produzidos.

Por fim, o processo realizado durante o Seminário configurou-se como um exercício metodológico em construção, que orientará o desenvolvimento das etapas subsequentes da pesquisa e eventualmente outras atividades que poderão ser realizadas no âmbito das universidades que integram a coordenação acadêmica da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza

4. FARMER-CENTERED RURAL CONSTRUCTION PRACTICE: A CASE STUDY OF RURAL CONSTRUCTION EXPERIMENT IN FIFTY YUNNAN VILLAGES, CHINA

Xu Jin

The Beautiful and Harmonious Countryside initiative constitutes a crucial component of China's ongoing Rural Revitalization Strategy. The strategic objective is to build "livable, workable, beautiful, and harmonious villages," primarily pursued through integrated advancement in five key dimensions: industry, talent, culture, ecology, and organization. This approach aims to propel both rural and national modernization. However, implementing this strategy presents practical challenges, particularly in effectively coordinating these five dimensions and ensuring farmers' agency throughout the process. This study examines a construction experiment, directly participated in by the authors across fifty villages in Yunnan Province. It showcases a collaborative model developed by the government, universities, research institutions, and farmers - termed the "One Core, Four Mechanisms" model, which centers on farmers and establishes four farmer-led mechanisms: decision-making, construction, operation, and distribution. The study focuses on demonstrating how universities and research institutions function as brokers, integrating governmental and rural resources to establish this new rural development mechanism that is fundamentally centered on farmers.